

## NECESSIDADES FORMATIVAS DE PROFESSORES DOS INSTITUTOS FEDERAIS E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE

Geralda Aparecida de Carvalho Pena

Instituto Federal Minas Gerais, Campus Ouro Preto

DOI: 10.15628/rbept.2018.7280

Artigo submetido em maio/2018 e aceito em out/2018

### RESUMO

A criação dos Institutos Federais (IFs) a partir a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Lei 11.892/08) apresenta novas configurações para o ensino nessas instituições, demandando a contratação de novos professores para atender a todos os *campi* dos trinta e oito IFs existentes nos diferentes estados brasileiros. O número de professores ingressantes nessas instituições é expressivo e sua inserção nessa realidade apresenta diferentes desafios, considerando que uma especificidade da docência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e na educação superior está relacionada ao perfil dos docentes: embora possuam ampla formação em sua área específica de conhecimentos em nível de pós-graduação, um número significativo de professores não possui formação para o magistério. Esse fato coloca para estas instituições a necessidade de desenvolver programas voltados para o desenvolvimento profissional docente que abordem as especificidades do processo de ensino, condizentes com essa realidade, tendo como base os desafios enfrentados pelos professores no período de inserção na docência e durante a trajetória profissional. Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho é apresentar resultados de uma pesquisa desenvolvida no IFMG *Campus* Ouro Preto, que buscou identificar as necessidades formativas dos professores iniciantes nessa modalidade de ensino, de forma a subsidiar a elaboração de desenvolvimento profissional docente. Os sujeitos da pesquisa foram os professores ingressantes na instituição a partir de 2009 e a metodologia utilizada foi de cunho quantitativo e qualitativo. Os resultados possibilitaram a identificação das necessidades formativas dos docentes e apontaram indicadores para a elaboração de um programa de desenvolvimento profissional docente para a instituição.

**Palavras-Chave:** Necessidades Formativas. Desenvolvimento profissional docente. Institutos Federais.

### TRAINING NEEDS OF TEACHERS OF FEDERAL INSTITUTES AND TEACHING PROFESSIONAL DEVELOPMENT

#### ABSTRACT

The creation of the Federal Institutes (IFs) from the expansion of the Federal Network of Vocational, Scientific and Technological Education (Law 11,892 / 08) presents new configurations for teaching in these institutions, demanding the hiring of new teachers to attend all campus thirty-eight FIs in the different Brazilian states. The number of incoming teachers in these institutions is expressive and their insertion in this reality presents different challenges, considering that a specificity of teaching in Professional and Technological Education (EFA) and in higher education is related to the profile of teachers: although they have extensive training in their area knowledge at the postgraduate level, a significant number

of teachers do not have training for the teaching profession. This fact places for these institutions the need to develop programs aimed at professional teacher development that address the specificities of the teaching process, consistent with this reality, based on the challenges faced by teachers in the period of insertion in teaching and during the professional trajectory . Therefore, the general objective of this work is to present the results of a research developed at the IFMG *Campus* Ouro Preto, which sought to identify the training needs of teachers starting in this modality of teaching, in order to subsidize the development of professional teacher development. The subjects of the research were the teachers entering the institution as of 2009 and the methodology used was quantitative and qualitative. The results allowed the identification of the training needs of the teachers and indicated indicators for the elaboration of a professional development program for the institution.

**Keywords:** Formative Needs. Professional Teacher Development. Federal Institutes.

## 1 INTRODUÇÃO

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em 2008 (Lei 11.892/2008) a partir da reorganização das instituições anteriormente denominadas CEFETs, Escolas Técnicas ou Agrotécnicas representou uma mudança significativa na Educação Profissional e Tecnológica no País. Na nova configuração dessas instituições, além das atividades de ensino, os Institutos Federais têm a incumbência de trabalhar com a pesquisa e extensão, como estabelecido nas diretrizes que orientam a construção de seus projetos pedagógicos desses institutos: “a necessidade de atuar no ensino, na pesquisa e na extensão, compreendendo as especificidades destas dimensões e as interrelações que caracterizam sua indissociabilidade” (SILVA, 2009, p.9).

Considerando essa ampliação nas suas atribuições, tendo por base apenas o campo do ensino, a tarefa apresenta-se bem complexa, pois pressupõe o atendimento a diferentes níveis/modalidades, desde a formação inicial e continuada de trabalhadores até a pós-graduação. Outro aspecto que causa impacto significativo no país é a interiorização dos *campi* dos IFs, o que traz novas possibilidades de acesso ao ensino técnico e superior a um maior número de pessoas. A função social dos Institutos Federais também precisa ser destacada, pois como afirma Silva (2009): “A proposta dos institutos federais entende a educação como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana” (p. 10).

Com a expansão ocorrida com a criação desses Institutos, que somam trinta e oito em todo o país, cada um com vários *campi* localizados de norte a sul do Brasil, houve ampliação nas matrículas e uma inserção expressiva de novos docentes na Educação Profissional e Tecnológica e no Ensino Superior, níveis atendidos por essas instituições. Uma questão que se apresenta, então, no âmbito do trabalho dos Institutos Federais, é a questão da formação docente, imprescindível para a qualidade do ensino ministrado.

Uma das especificidades da docência nos Institutos Federais, quando se considera o ensino nas disciplinas técnicas ou no ensino superior, é a não exigência legal de formação dos professores em cursos de licenciatura, o que acarreta a esses docentes diferentes desafios em sua prática em decorrência desse e de outros fatores. Em relação ao ensino das disciplinas da área básica nos cursos técnicos integrados, mesmo considerando a formação dos professores em cursos de licenciatura, essa não aborda as especificidades do ensino em cursos de EPT, nos quais a relação com o mundo do trabalho deve constituir-se em um pressuposto na organização do ensino. Acrescentam-se a essas questões, os desafios do início da carreira docente bem como as novas atribuições relativas à pesquisa, extensão e ao ensino em diferentes níveis, bem como a realização da necessária indissociabilidade entre elas. Assim, é preciso considerar que, embora os professores dos Institutos Federais tenham uma ampla formação em sua área específica de conhecimentos em nível de pós-graduação, um número significativo não possui formação para o magistério, daí a relevância de programas de desenvolvimento profissional que englobem ações de formação continuada que abordem as singularidades do processo de ensino com esses docentes.

Se a formação inicial dos professores já apresenta essas lacunas, quando se discute a formação continuada, a situação também aponta desafios. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional técnica de nível médio (Resolução 06/2012) estabelecem em seu art. 40 que cabe aos sistemas de ensino viabilizar a formação inicial para a docência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Além disso, no § 2º, assegura

o direito dos professores não licenciados de participar de processos destinados à formação pedagógica.

Verifica-se, pois, que a ausência de formação para o ensino da maior parte dos professores que atuam nos IFs apresenta, para a instituição, uma demanda de organização de políticas de desenvolvimento profissional docente, por meio de ações de formação continuada, que viabilizem um processo de reflexão sobre a própria prática de modo a aprimorá-la com o apoio de referenciais teóricos e práticos. E essas políticas precisam se ancorar nas demandas apresentadas pelos docentes, em suas necessidades formativas e na realidade concreta da instituição em que se desenvolve, sem perder, obviamente, o contexto mais amplo da educação.

Nesse contexto, o objetivo desse artigo é apresentar resultados de uma pesquisa que teve por objetivo geral investigar as necessidades formativas dos docentes ingressantes no IFMG *Campus* Ouro Preto, com vistas a obter indicadores para a elaboração de programas desenvolvimento profissional e aprimoramento da prática docente.

## **2 NECESSIDADES FORMATIVAS E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE: APORTES TEÓRICOS**

Conhecer as necessidades formativas dos docentes é uma condição essencial para que possa ser elaborado um programa que tenha por base as demandas reais postas pelos desafios enfrentados pelos professores. Sendo assim, a identificação das necessidades formativas dos docentes é de fundamental importância para que sejam organizadas políticas públicas de formação continuada que possibilitem o desenvolvimento profissional docente. Rodrigues (2006) compreende necessidade formativa como “resultante do confronto entre expectativas, desejos, aspirações, por um lado, e, por outro, as dificuldades e problemas sentidos no cotidiano profissional” (RODRIGUES, 2006, p. 9).

Romanowski e Martins (2013) afirmam, a partir das análises sobre os estudos referentes à formação continuada no Brasil, que os programas e cursos realizados e ofertados aos professores consideram pouco a realidade

das escolas, trazendo conhecimentos de natureza generalista, pouco relacionados com a prática da docência na educação básica, desconsiderando as necessidades dos professores iniciantes e o seu contexto de atuação. Portanto, conforme apontam Hobold e Giordan (2014) torna-se necessário “dar voz aos professores iniciantes, ouvindo suas necessidades, para se pensar em uma formação continuada que lhes proporcione as aprendizagens necessárias para o seu desenvolvimento profissional” (HOBOLD; GIORDAN, 2014, p. 6).

Além disso, o diagnóstico das necessidades formativas do corpo docente torna-se ainda mais relevante já que uma crítica que se faz aos programas de formação é o fato de serem planejadas por especialistas sem a participação dos docentes (GARCIA, 1999; HERNECK, 2002). É também esse tipo de diagnóstico que possibilita a elaboração de programas de formação continuada mais condizentes com a realidade da instituição, pois como aponta Santos (2000) é necessário abordar os problemas cotidianos dos professores, de forma que as práticas vivenciadas em sala de aula sejam contempladas e a teoria seja utilizada como instrumento para melhor compreensão da prática.

Em um levantamento sobre a temática “necessidades formativas de docentes”, realizado nos trabalhos apresentados na ANPED, no período de 2009 a 2015, nos grupos de trabalho de formação de professores GT8 e de Didática GT4, constatou-se que dos 210 trabalhos apresentados nos dois grupos, apenas 4 abordavam o tema, sendo que a metade teve como sujeitos professores do ensino superior. No Banco de teses e dissertações da Capes, selecionando-se os programas de pós-graduação em educação, constatou-se 28 produções sobre a temática, no período pesquisado (2009-2015). Desses, 19 eram dissertações de mestrado e 09 eram teses de doutorado. Em relação aos níveis de ensino e sujeitos da pesquisa, observou-se que a maior parte dos trabalhos (16) foram realizados com professores da Educação Básica, 5 com professores do ensino superior, 2 com professores de educação não formal e 5 não especificaram o nível de ensino. A partir do levantamento realizado nessas duas bases de dados (ANPED e Banco de Teses e Dissertações da CAPES) no período citado, constatou-se que foram

produzidos um total de 32 trabalhos sobre a temática de necessidades formativas. Portanto, pode-se afirmar que ainda são escassos os estudos sobre necessidades formativas de docentes e que há um silenciamento no que se refere a estudos que tenham por sujeitos os professores da Educação Profissional e Tecnológica, contemplando as especificidades dessa modalidade de ensino.

Estudos sobre o desenvolvimento profissional docente (DPD) vêm sendo realizados por diferentes autores, discutindo conceitos e apontando questões a serem analisadas quando se busca implementar políticas desse tipo. O conceito de desenvolvimento profissional docente ainda suscita diferentes interpretações, como mostram Fiorentini e Crecci (2013).

O DPD remete também ao processo ou movimento de transformação dos sujeitos dentro de um campo profissional específico. Nesse sentido, o termo desenvolvimento profissional (DP) tende a ser associado ao processo de constituição do sujeito, dentro de um campo específico. Um processo, portanto, de vir a ser, de transformar-se ao longo do tempo ou a partir de uma ação formativa (FIORENTINI; CRECCI, 2013, p. 3).

A necessidade de programas de desenvolvimento profissional terem como ponto de partida a realidade prática e situações reais dos docentes é apontada por diferentes autores. Para Imbernón (2011) “a aquisição de conhecimentos por parte do professor está muito ligada à prática profissional e condicionada pela organização da instituição educacional em que esta é exercida” (p. 17) Sendo assim, para esse autor, é necessário que as instituições educativas entendam que a prática educativa é pessoal e contextual, precisa-se de uma formação que parta de suas situações problemáticas, propondo reflexões sobre o estudo de situações práticas e reais. Para o autor:

O desenvolvimento profissional do professor pode ser concebido como qualquer intenção sistemática de melhorar a prática profissional, crenças e conhecimentos profissionais, com o objetivo de aumentar a qualidade docente, de pesquisa e de gestão. Esse conceito inclui o diagnóstico técnico ou não de carências das necessidades atuais e futuras do professor como membro de um grupo profissional e o desenvolvimento de políticas, programas e atividades

para a satisfação dessas necessidades profissionais (IMBERNÓN, 2011, p. 47).

Para Marcelo (2009) desenvolvimento profissional supera a tradicional justaposição entre formação inicial e formação contínua dos professores. Baseando-se em conceito de diferentes autores, ele afirma que esses entendem o desenvolvimento profissional docente:

Como um processo, que pode ser individual ou coletivo, mas que se deve contextualizar no local de trabalho do docente - a escola- e que contribui para o desenvolvimento das suas competências profissionais através de experiências de diferente índole, tanto formais como informais (MARCELO, 2009, p. 10).

Fiorentini e Crecci (2013) acrescentam que embora haja diferentes conceitos de desenvolvimento profissional docente, vários estudos, tanto nacionais quanto internacionais defendem que há necessidade da participação dos professores na elaboração de tarefas, na realização de estudos e pesquisas que partam das demandas reais dos seus contextos de trabalho na escola.

No Brasil, a discussão sobre os processos desenvolvimento profissional docente está mais presentes quando se aborda o ensino superior, como mostram, por exemplo, algumas publicações recentes, como um número da Revista Formação Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores (Vol. 6, .n. 11/2014) que dedicou a edição a discutir o Desenvolvimento Profissional docente no Ensino Superior, apresentando oito artigos que abordam o tema sob diferentes perspectivas. Outra iniciativa nesse sentido pode ser constatada com a publicação de um E-book intitulado “A formação docente para o ensino superior” (MELLO, 2016) que apresenta experiências de Programas institucionais de Desenvolvimento profissional docente em diversas universidades.

Pesquisa realizada por Pena *Et all* (2017), sobre os trabalhos relacionados ao Desenvolvimento Profissional Docente nos Institutos Federais mostrou um número expressivo de teses e dissertações sobre essa temática no banco de teses da Capes, realizadas no período de 2009 a 2015.



Essa pesquisa constatou a existência, em programas de pós-graduação em Educação, de 74 trabalhos, sendo 44 dissertações de mestrado e 30 teses de doutorado. Pela leitura dos títulos e resumos dos trabalhos, pesquisando-se a existência de teses e dissertações que tiveram como sujeitos professores da educação profissional e tecnológica ou do ensino superior, que são os níveis de ensino em que atuam os professores dos IFs, constatou-se que dos 74 trabalhos, 21 foram desenvolvidos com professores do ensino superior e apenas 1 trabalho teve como sujeitos professores da Educação Profissional e Tecnológica.

Assim, constata-se a necessidade de realizar estudos que abordem essas duas temáticas propostas nesse trabalho, visto que conhecer as necessidades formativas, a partir da ótica dos professores, é uma condição essencial para o investimento no desenvolvimento profissional docente nos Institutos Federais.

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida no IFMG *Campus* Ouro Preto tendo como sujeitos os professores que ingressaram na instituição no período de 2009<sup>1</sup> a 2015. Foi realizado um estudo de caso (ANDRÉ, 2005), pois buscou-se, no espaço de uma realidade específica, investigar as necessidades formativas dos professores ingressantes na docência na instituição. Foi utilizada uma abordagem metodológica de natureza quantitativa e qualitativa. (ANDRÉ, 2005; POUPART, et al., 2010).

As atividades da pesquisa foram organizadas em três etapas. Na primeira, foi realizado um estudo do referencial teórico com o levantamento bibliográfico, seguido de uma revisão de literatura sobre necessidades formativas. A segunda etapa consistiu na elaboração do instrumento de coleta de dados, um questionário *on-line*, utilizando-se o *Google forms*, constituído de questões fechadas e abertas. A utilização desse tipo de

---

<sup>1</sup> Primeiro ano a partir da criação dos IFs, ao final do ano de 2008.



instrumento viabilizou o acesso a importantes informações no que se refere aos dados de caracterização dos docentes e de sua atuação profissional, bem como a identificação de suas necessidades formativas. Esse questionário foi enviado por *e-mail* aos professores ingressantes no período estudado.

Ao término da coleta constatou-se que 27 professores responderam o questionário, totalizando 46,5% dos docentes ingressantes, o que representa um número significativo, considerando o que é usual nas pesquisas que utilizam esse instrumento para coleta de dados. A terceira etapa da pesquisa foi realizada a organização e tabulação dos dados dos questionários por meio de gráficos e agrupamentos das questões abertas, o que possibilitou uma análise qualitativa com o apoio de dados quantitativos.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES: PERFIL DOS DOCENTES E SUAS NECESSIDADES FORMATIVAS**

Nesta sessão, inicialmente serão apresentados e analisados dados relativos ao perfil dos docentes, sua formação e atuação. Em seguida serão analisados os resultados referentes às percepções dos professores sobre as suas necessidades formativas para o desenvolvimento do trabalho docente.

A pesquisa mostrou que os professores que ingressaram no IFMG *Campus* Ouro Preto no período de 2009 a 2015 apresentam o seguinte perfil: há pequena diferença entre o número de professoras e professores, sendo um pouco superior o número de mulheres (59%). São professores(as) jovens de até 35 anos (59%), atuando em cursos técnicos integrados, subsequentes e superiores, sendo que a maioria deles (42%) atuavam somente no ensino técnico integrado, 23% somente no nível superior, seguido pelos que atuavam no ensino técnico integrado e no ensino superior (23%). Essa diversidade de níveis/modalidades de ensino demanda formas diversificadas de atuação dos docentes, não só pelo perfil bastante diferenciado dos alunos, mas também pelas especificidades dos projetos pedagógicos dos cursos. A maioria dos professores (70%) desenvolveram projetos de pesquisa ou extensão no ano letivo de 2015 ou em anos anteriores no IFMG e apenas 7%

ocupavam cargo administrativo na instituição. Quanto ao regime de trabalho, constatou-se que todos os respondentes, com exceção de um, trabalham em regime de dedicação exclusiva, que representa hoje majoritariamente o regime de trabalho dos professores da Rede Federal, fato que traz ganhos significativos ao trabalho docente para o trabalho com ensino, pesquisa e extensão, conforme proposta dos IFs, e contribui para viabilizar a participação em programas desenvolvimento profissional.

No que se refere à formação no curso de graduação, há uma predominância no nível de bacharelado (52%), sendo que um percentual menor é composto de professores que cursaram Licenciatura (41%) ou tecnólogo (7%). Esses dados referentes ao percentual de docentes com licenciatura podem ser explicados pelo elevado número de professores das áreas básicas ingressantes no *Campus* no período estudado. 45% afirmou ter formação voltada para o ensino, seja em Programa Especial de Formação Pedagógica para Docentes, Curso de Licenciatura, Especialização, Mestrado ou Doutorado em Educação. No que se refere a Pós-Graduação, considerando somente o maior título, os dados mostram que 65% são mestres ou doutores, o que revela uma alta qualificação docente, que tende a aumentar nos próximos anos, haja vista o expressivo número de mestrandos e doutorandos entre os sujeitos da pesquisa. Esse dado é bem próximo ao perfil de professores do ensino superior nos IFs e Cefets, apontados na Sinopse Estatística do ensino superior (2014), que aponta que 77% são mestres ou doutores. Entretanto, é necessário ressaltar que há distinções, visto que no caso dos docentes dessa pesquisa, a atuação não se dá somente no ensino superior, mas também no ensino médio e na pós-graduação.

Outro dado interessante é que 89% dos docentes teve experiência de trabalho anterior ao seu ingresso como docente na instituição, sendo que para 71% desses, essa experiência foi como docente e apenas 19% como profissional de sua área de formação. Dos 71%, 85% teve experiência como docente no ensino superior e apenas 26% na educação profissional e tecnológica. Esses dados do perfil dos professores permitem afirmar que ingressaram no IFMG *Campus* Ouro Preto, no período estudado, grande

parcela de professores jovens, bem qualificados, com experiências de trabalho anterior, sendo 71% na docência, ou seja, já possuíam alguma experiência no magistério ao ingressar na instituição. Além disso, grande parte já havia atuado, além do ensino, também na pesquisa ou extensão.

Para identificar as necessidades formativas dos professores ingressantes buscou-se, no questionário, elencar aspectos relevantes em quatro áreas consideradas significativas no processo educativo: planejamento, currículo, processo ensino-aprendizagem, especificidades da EPT. Dentro de cada uma dessas áreas, os professores assinalaram os temas que representam suas necessidades formativas e que consideram prioritários para as ações de formação, enumerando-os de acordo com a prioridade atribuída.

Na categoria planejamento, as opções do questionário foram as seguintes: projeto pedagógico de curso, realização da transposição didática, seleção de metodologias de ensino, elaboração de material didático diversificado, definição de concepção e critérios de avaliação e elaboração de provas e outros instrumentos de avaliação. Para o tema currículo, foram elencadas: Implementação do Currículo Integrado; Integração entre disciplinas do curso; Desenvolvimento de projetos Interdisciplinares e integração das TICs (Tecnologias de informação e comunicação) no ensino. O processo aprendizagem abordou os seguintes aspectos: Trabalho com alunos com dificuldades de aprendizagem, trabalho com alunos com defasagem de conhecimentos anteriores necessários à disciplinas (s) lecionadas, relacionamento professor-aluno, Processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, trabalho com alunos com dificuldades de aprendizagem e relacionamento professor-aluno. Considerando o contexto institucional, foram verificadas também as necessidades referentes às especificidades da EPT: Verticalização do ensino, trabalho pedagógico com diferentes níveis de ensino na instituição (médio e superior), formação dos alunos para o mundo do trabalho, organização do ensino e normas acadêmicas do IFMG *Campus* Ouro Preto, diversidade no perfil dos alunos das diferentes modalidades de cursos/níveis de ensino.

Para a análise dos dados, optou-se por apresentar as duas temáticas mais priorizadas pelos docentes. A pesquisa mostrou que, no entendimento dos professores, as prioridades para o desenvolvimento de ações de formação continuada articuladas em um programa de desenvolvimento profissional foram as seguintes:

Na categoria Planejamento, as duas temáticas mais priorizadas pelos docentes foram: (1) seleção de metodologias de ensino (30%) e (2) elaboração de provas e outros instrumentos de avaliação (30%). No caso da categoria “Currículo” foram consideradas prioridades para a maioria dos docentes as temáticas: (1) implementação do currículo integrado e (2) Integração entre disciplinas do curso. Na categoria “Processo de Ensino Aprendizagem”, das quatro temáticas, três foram consideradas mais importantes para os docentes, sendo elas: (1) Trabalho com alunos com defasagem de conhecimentos anteriores necessários à(s) disciplina(s) que lecionam (26%) e Relacionamentos professor-aluno (26%). Para a segunda prioridade, 41% dos docentes consideraram a temática Processos de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Para a categoria “Aspectos específicos da educação profissional e tecnológica” foram consideradas prioridades três temáticas, que ficaram empatadas com 18%. Verticalização do ensino; Formação dos alunos para o mundo do trabalho; Organização do ensino e normas acadêmicas do IFMG *Campus* Ouro Preto. Como segunda prioridade, 26% dos docentes consideraram a temática: Diversidade no perfil dos alunos das diferentes modalidades de cursos/níveis de ensino.

Outro ponto investigado nessa pesquisa foi a opinião dos professores sobre a(s) forma(s) de organização das atividades de formação continuada, para atender as necessidades de formação apontadas. De acordo com os professores, as várias formas apresentadas podem ser utilizadas, sendo que as mais indicadas foram a realização de cursos de curta duração abordando temas variados sobre ensino, grupos de estudos e reflexão sobre a prática docente, palestras com debates sobre temas específicos sobre educação, bem como relatos de experiências pedagógicas.

Quanto à modalidade de organização das ações de formação, 67% responderam a preferência por cursos presenciais, 52% preferem curso presencial com parte a carga horária à distância e 15% educação à distância.

Pode-se constatar que o diagnóstico das necessidades formativas e as formas de organização das ações de formação revelaram indicadores importantes para o planejamento de um programa de desenvolvimento profissional docente para o IFMG *Campus* Ouro Preto.

Os resultados da pesquisa corroboram outros estudos que abordam o perfil de docentes ingressantes na EPT e no Ensino Superior (SANTIAGO, 2015, PIRES, 2015, PENA, 2014; CONCEIÇÃO, 2014, entre outros), que apontam que, em sua maioria, os docentes são oriundos de cursos de bacharelado, seguidos de formação na pós-graduação em sua área específica de conhecimento. E que permanece uma parcela menor de docentes com licenciatura. Outro dado interessante no perfil dos docentes pesquisados é que a maioria atua em áreas consideradas relevantes nos IFs, tendo inserção tanto no ensino como pesquisa e extensão. O fato de a maioria ter tido experiência como docente do ensino superior antes de ingressar no IF, aliado ao perfil de qualificação em cursos de mestrado e doutorado pode explicar a inserção nas atividades de pesquisa, que atendem não só a uma demanda institucional, mas também a um desejo pessoal dos docentes.

Em relação às necessidades formativas, constatou-se que a maioria dos sujeitos reconhece a necessidade de aprofundar conhecimentos específicos nas questões pedagógicas para aperfeiçoar sua atuação como professor, visto que a opção *não se aplica*, nos questionários, foi apontada por um número reduzido de respondentes e as temáticas apresentadas foram assinaladas pela maioria deles, em ordem de prioridade.

Os resultados dessa pesquisa apresentam alguns pontos semelhantes aos resultados de outras já realizadas com professores de outros níveis de ensino. Na pesquisa de Lima (2013), por exemplo, os sujeitos foram professores iniciantes do ensino superior em uma universidade pública. A autora constatou que nas necessidades formativas apresentadas “aparecem

alusões a planejamento e metodologia de ensino, referidas a formas específicas de trabalho pedagógico, tais como: trabalho de campo; trato pedagógico com disciplinas da área de Ciências Exatas; trabalho com projetos, entre outros” (LIMA, 2013, p. 15).

Pesquisas com professores do Ensino Fundamental, como a Galindo e Inforsato (2008) com docentes de primeiro ciclo do estado de São Paulo, apontou como necessidades formativas prioritárias as temáticas “processos e dificuldades de aprendizagem” e “inclusão.” Outra pesquisa, realizada por Giordan e Hobold (2016) em uma cidade do Sul do país, que teve como sujeitos professores iniciantes do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), as necessidades formativas apontadas pelos professores foram “uso de tecnologias” e “inclusão de alunos com deficiência” (GIORDAN; HOBOLD, 2016, p. 62).

O que se pode constatar, analisando essas pesquisas, é que as temáticas relacionadas a processo ensino-aprendizagem e planejamento (metodologias de ensino, trabalho com alunos com dificuldades de aprendizagem e inclusão) guardam relação com as necessidades apresentadas por outros grupos de professores. Entretanto, é necessário ressaltar que as temáticas se apresentam coladas à realidade de trabalho e ao perfil institucional desses docentes, o que mostra que temáticas afetas ao ensino na EPT e no ensino superior, tais como integração curricular, verticalização do ensino e relação escola e mundo do trabalho, por exemplo, apontadas nessa pesquisa, são decorrentes das especificidades de um Instituto Federal, daí a relevância de que os programas de desenvolvimento profissional sejam planejados tendo por base as necessidades formativas dos docentes, e não pensadas como projetos descolados de cada realidade singular.

Quanto à forma de organização das ações de formação, pode-se dizer que as formas apontadas pelos docentes são condizentes com os estudos atuais na área de formação de professores, que indicam as estratégias centradas na escola e em atividades processuais e contínuas, tendo como

referência a prática pedagógica concreta e real que acontece cotidianamente na instituição. Concordamos com Conceição (2014), quando afirma que

a proposição de um espaço de desenvolvimento profissional orientado por um processo participativo leva o professor a sair do seu isolamento em sala de aula, e esse desafio impulsiona o debate com os pares sobre sua ação docente (CONCEIÇÃO, 2014, p. 81).

Sendo assim, é necessário que os projetos institucionais de desenvolvimento profissional, tendo como subsídios as necessidades formativas, constituam-se em espaços coletivos que possibilitem aos docentes a reflexão e a discussão sobre seus saberes e práticas, para que possam reconstruí-los coletivamente no dia a dia da instituição.

## **5 CONCLUSÕES**

A pesquisa realizada atingiu seu objetivo principal, qual seja, o de construir indicadores e subsídios para a elaboração de um programa de desenvolvimento profissional docente para a instituição. Esses indicadores podem ser vistos como pressupostos que podem orientar os gestores na implementação de tal programa, de forma a viabilizar a reflexão fundamentada e ancorada na prática real e contextualizada nos desafios da instituição: ações de formação continuada que tenham por base o diagnóstico das necessidades formativas apresentadas pelos docentes, sujeitos dessa formação; que viabilizem reflexões sobre situações práticas e reais, de forma a contribuir para o desenvolvimento profissional contínuo dos professores, especificamente no que diz respeito às questões didático-pedagógicas; que considere a realidade da instituição, caracterizada pela verticalização do ensino, que traz consigo desafios relacionados à organização do currículo e ao perfil dos alunos de diferentes níveis de ensino, entre outros aspectos; que tenha caráter institucional e não pontual, para que seja uma ação planejada e executada, a médio e longo prazo, e avaliada conjuntamente com os docentes envolvidos. E ainda, que contemple atividades planejadas em sua



maioria, de forma presencial, podendo ser usada também as tecnologias de educação a distância para atividades semipresenciais.

Em síntese, a pesquisa aponta a necessidade de um programa de desenvolvimento profissional que contemple diferentes ações articuladas e contínuas, que conforme recomenda Santos (2000) e Imbernon (2011) abordem os problemas cotidianos dos professores, de forma que as práticas vivenciadas em sala de aula sejam contempladas e a teoria seja utilizada como instrumento para reflexão e melhor compreensão da prática.

Conclui-se que, além de realizar o diagnóstico das necessidades formativas dos docentes no contexto estudado, esta pesquisa tem aplicabilidade prática na instituição pesquisada, pois a partir desse estudo foi idealizado e criado o Programa Diálogos: desenvolvimento profissional docente, destinado aos docentes da instituição. Nesse programa são ofertadas palestras, oficinas pedagógicas, mesas de debates, tendo como base as necessidades formativas dos docentes, em um processo dialógico e colaborativo. Dessa forma, esta pesquisa contribui para o avanço dos estudos sobre as necessidades formativas e sobre o desenvolvimento profissional, mais especificamente, de professores atuantes nos IFs, colaborando também para suprir uma lacuna nos estudos sobre essa temática. Assim, acrescenta novos conhecimentos ao campo da formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica, tema ainda pouco explorado no conjunto das pesquisas na área da educação no Brasil.

## REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília, DF, Liber Livro Editora, 2005. Série Pesquisa, vol. 13.
- BRASIL. **Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e da outras providencias. Brasília, 2008b. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm)>. Acesso em 08 mar. 2018.
- CONCEIÇÃO, J. S. da. **A Docência no Ensino Superior e a Expansão Universitária: tecendo saberes a partir das vozes do professor iniciante**.

2015, 92f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação. UFOP, Mariana, MG, 2015.

FIORENTINI, D; CRECCI, V. (2013). **Desenvolvimento Profissional docente: Um Termo Guarda Chuva ou um novo sentido à formação?** Revista Brasileira de Pesquisa Sobre Formação Docente. Belo Horizonte, v. 05, n. 08, p. 11-23, jan/jun. 2013. Disponível em: < <http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br> > acesso em 24 mar. 2018.

GALINDO, C. e INFORSATO, E. **Formação continuada errática e necessidades de formação docente: resultados de um levantamento de dados em municípios paulistas.** In: *INTERACÇÕES*, vol 4, n. 9. Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/viewFile/361/316>. Acesso em 10 mar. 2018.

GARCIA, C. M. **Formação de professores: para uma mudança educativa.** Tradução: Isabel Narciso. Lisboa, Porto Editora, 1999.

HERNECK, H. R. **Analisando contribuições de uma política educacional de formação continuada para a aprendizagem da docência – o caso do PROCAP.** Dissertação (Mestrado) 2002. Programa de Pós-graduação em Educação, UFSCAR, São Carlos, SP, 2002.

HOBOLD, M. S.; GIORDAN, M. Z. **Necessidades formativas dos professores iniciantes da rede municipal pública de ensino.** In: X Reunião Anual ANPEd, Florianópolis, 2014.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a Incerteza.** São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA, E. F. **Análise de necessidades formativas de docentes ingressantes numa universidade pública.** 2013. Disponível em <<http://www.anped.org.br/> Acesso em: 19 mar de 2018.

MARCELO, C. **Desenvolvimento profissional docente: passado e futuro.** Sísifo: Revista de Ciências da Educação, Lisboa, n. 8, p. 7-22, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/revista%208%20PT%20COMPL.pdf> >. Acesso em: 19 mar. 2018.

MELLO, Irene Cristina de. (Org.). **A formação docente para o Ensino Superior.** Cuiabá: Editora Sustentável, 2016, v. 1, p. 90-103.

PENA, G. A. C. *et al.* **Desenvolvimento profissional docente nos Institutos Federais: estudo exploratório. Relatório de pesquisa.** IFMG Ouro Preto, MG. 2017.

PENA, G. A. C. **Docência na Educação Profissional e Tecnológica: conhecimentos, práticas e desafios de professores de cursos técnicos na Rede Federal.** 2014. 290 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

PIRES, F. T. **O saber docente que orienta a atuação didática de professores que ministram as disciplinas técnicas na educação profissional técnica de nível médio.** Dissertação (Mestrado). 2015, 206f.

Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica, CEFET MG, Belo Horizonte, 2015.

POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Trad. Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2 ed. 2010.

RODRIGUES, Maria Ângela Perpétua. Análise de práticas e necessidades de formação. Lisboa, 2006.

ROMANOWSKI, J. P.; MARTINS, P. L. O. **Desafios da Formação de Professores Iniciais**. Páginas de Educación, v. 6, p. 75-88, 2013.

SANTIAGO, R. V. **O trabalho docente no ensino básico, técnico e tecnológico: o caso do IF Sudeste MG - Campus Rio Pomba**. 2015, 179 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Educação, UFV, Viçosa, MG, 2015.

SANTOS, L. L. C. P. **A Implementação de Políticas Públicas do Banco Mundial para a Formação Docente**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 111, p. 173-182, dez. 2000.

SILVA, C. J. R. (org.) **Institutos Federais: Lei nº 11892, de 29/12/2008. Comentários e reflexões**. Editora IFRN, Brasília, DF, 2009.